

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração
Pública e de Empresas
Brasil

Matarazzo, Gustavo; Boeira, Sérgio Luís
Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre
racionalidades
Cadernos EBAPE.BR, vol. 14, núm. 1, enero-marzo, 2016, pp. 207-227
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323244399012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades

GUSTAVO MATARAZZO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, FLORIANÓPOLIS- SC, BRASIL

SÉRGIO LUÍS BOEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, FLORIANÓPOLIS- SC, BRASIL

Resumo

Este artigo teórico-empírico trata de um processo organizacional com características peculiares: o processo de incubação de cooperativas populares, iniciado e gerenciado por uma incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP), localizada na Universidade de São Paulo (USP). Este trabalho, derivado de uma dissertação de mestrado em Administração, teve como objetivo central interpretar as construções de representações sociais sobre o processo de incubação, considerando a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva. A temática das cooperativas populares insere-se no campo de estudos da economia social e solidária, que tem crescido constantemente no Brasil e no mundo. Como principais contribuições teóricas indicamos a abordagem de Guerreiro Ramos sobre a tensão entre racionalidades e a teoria das representações sociais iniciada por Serge Moscovici. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, articulando pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas abertas no local de trabalho e estudo dos atores, destacando-se trechos de suas falas. Constatou-se mútuo reforço e complementaridade entre as abordagens teóricas escolhidas na interpretação das tensões entre as racionalidades envolvidas nas representações sociais, que emergem no processo de incubação sob formas híbridas, fluidas e complexas (produto-processo).

Palavras-chave: Incubação de cooperativas populares. Economia solidária. Racionalidade. Representações sociais.

Incubation of popular cooperatives: social representations and tensions between rationalities

Abstract

This theoretical and empirical article addresses an organizational process that has singular characteristics: the incubation process of popular cooperatives, initiated and managed by an technological incubator of popular cooperatives (ITCP), located at the University of São Paulo (USP). This paper, derived from a master's dissertation in Administration, had as its core objective interpreting the constructions of social representations on the incubation process, considering the tension between instrumental and substantive rationalities. The theme of popular cooperatives is within the field of studies on social and solidarity economy, which has steadily grown in Brazil and worldwide. As the main theoretical contributions we point out Guerreiro Ramos' approach on the tension between rationalities and the theory of social representations started by Serge Moscovici. A qualitative methodology was used, interconnecting bibliographic and documentary search and open-ended interviews at the workplace and the study of actors, highlighting excerpts from their speeches. We found a mutual reinforcement and complementarity between the theoretical approaches chosen in the interpretation of tensions between the rationalities involved in social representations, which emerge in the incubation process under hybrid, fluid, and complex forms (product-process).

Keywords: Incubation of popular cooperatives. Solidarity economy. Rationality. Social representations.

Incubación de cooperativas populares: representaciones sociales y tensiones entre racionalidades

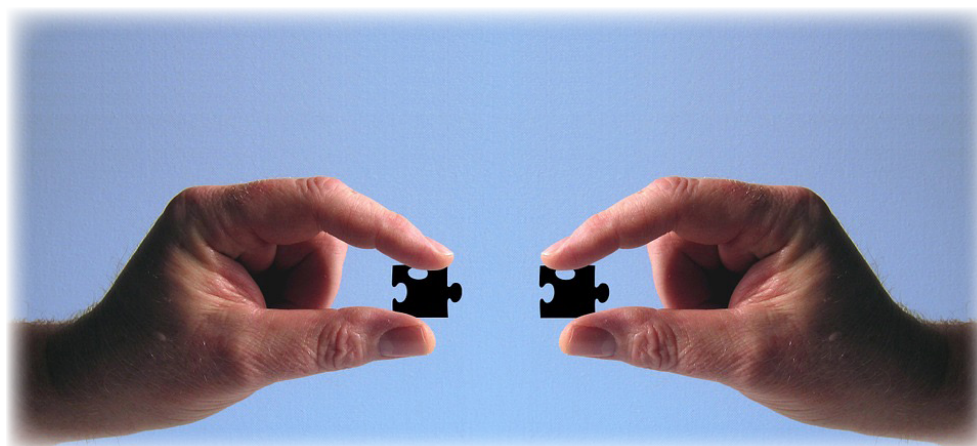
Resumen

Este artículo teórico-empírico trata de un proceso organizativo con características únicas: el proceso de incubación de cooperativas populares, lanzadas y gestionadas por una incubadora de tecnología de las cooperativas populares (ITCT), situada en la Universidad de São Paulo (USP). Este trabajo, derivado de una tesis de maestría en administración de empresas, tuvo como objetivo central interpretar la construcción de representaciones sociales del proceso de incubación, teniendo en cuenta la tensión entre la racionalidad instrumental y sustantiva. El tema de las cooperativas populares es parte del campo de estudio de la economía social y solidaria, que ha crecido de manera constante en Brasil y en todo el mundo. Aportaciones teóricas principales indican la proximidad de Guerreiro Ramos en la tensión entre la racionalidad y la teoría de las representaciones sociales iniciada por Serge Moscovici. Se utilizó una metodología cualitativa, la vinculación de la investigación bibliográfica y documental y entrevistas abiertas en el lugar de trabajo y el estudio de los actores, destacando extractos de sus discursos. Se encontró refuerzo mutuo y la complementariedad entre los enfoques teóricos elegidos en la interpretación de las tensiones entre la racionalidad implicada en las representaciones sociales que surgen en el proceso de incubación en formas híbridas, fluida y compleja (producto-proceso).

Palabras clave: Incubación de cooperativas populares. Economía solidaria. Racionalidad. Representaciones sociales.

Artigo recebido em 10 agosto de 2014 e aceito para publicação em 17 de junho de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395131514>



INTRODUÇÃO

No campo da economia solidária brasileira, no final dos anos 1990, surgiu um tipo de organização denominado incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP), que, com o passar dos anos, expandiu-se e se tornou uma rede, fundamentalmente composta por atores vinculados às universidades públicas e comunitárias. Tal iniciativa teve inspiração no papel das incubadoras tecnológicas que iniciaram e consolidaram suas atividades no Vale do Silício (EUA), sobretudo fomentando e apoiando a criação de empresas de base tecnológica. Como objetivo principal, as ITCP pretendem assessorar a formação e o desenvolvimento de cooperativas populares.

A pesquisa da qual se baseia este artigo foi realizada por um dos autores e orientada por outro, visando a uma dissertação de mestrado em Administração, já concluída e aprovada. Como parte da pesquisa, um levantamento bibliográfico incluiu coletâneas, dissertações, teses, além de artigos acadêmicos, em várias fontes. Posteriormente, fez-se uma nova busca no *site* da Scientific Electronic Library Online (SciELO – www.scielo.org), em 8 de abril de 2015, com o termo *incubadora*, na qual foram encontrados 88 artigos, dentre os quais somente 7 tratam de cooperativas (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009; CORTEGOSO, 2007; MORETTO NETO, GARRIDO e JUSTEN, 2011; LECHAT e BARCELOS, 2008; SILVA, BARBOSA e ALBUQUERQUE, 2013; MANDELBAUM, 2006; BUNCHAFT e GONDIM, 2004).

Um traço relativamente comum observado nos estudos sobre esse campo é a disposição dos pesquisadores em contribuir com o avanço institucional das incubadoras e mais amplamente com a economia solidária. Ainda que compreensível e louvável, pensamos que tal disposição pode tornar-se um obstáculo à interpretação e compreensão da complexa dinâmica do processo de incubação, complexidade, aliás, percebida por muitos pesquisadores como um sério obstáculo à compreensão dos vários problemas que emergem no campo.

O enfoque deste estudo, então, para a interpretação (compreensiva) das tensões existentes nas relações entre a equipe de formação e os cooperativistas que buscam apoio para sua organização. Com a disposição de evitar uma abordagem prescritiva ou dicotômica utilizou-se, basicamente, duas fontes de contribuição teórica: a teoria das representações sociais, segundo a vertente europeia, liderada por Serge Moscovici, e a contribuição de Guerreiro Ramos no que se refere às racionalidades instrumental e substantiva.

As ITCP podem ser consideradas um tipo de tecnologia social, ou seja, arranjos organizacionais voltados para a busca de soluções de problemas de segmentos vulneráveis da sociedade, especialmente em termos sociais e econômicos, mas também em termos ambientais, só que em menor proporção.

* Fonte da imagem: Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/m%C3%A3o-manter-puzzle-dedo-caber-523233/>> Acesso em 18 fev. 2016.

Devido à expansão desse tipo de tecnologia social (BOTELHO, WUERGES, SCHNEIDER et al., 2015; DAGNINO, 2012; MORETTO NETO GARRIDO e JUSTEN, 2011), por meio, principalmente, das universidades, passou-se a considerá-la também um objetivo de estudos de diversas disciplinas. Culti (2011), por exemplo, analisa a incubação como um processo educativo, enquanto Cançado, Carvalho e Pereira (2011) discutem a importância da utilização de metodologias nesse processo. Dal Magro e Coutinho (2008) buscam compreender os sentidos do trabalho para sujeitos ligados aos empreendimentos solidários. Tanto quanto há na noção de tecnologia social, há no caso das ITCP o desafio de articular saberes oriundos de culturas diferentes, como a acadêmica e a popular, o que implica em enfrentar diversas formas de tensão na busca de solução de problemas socioeconômicos e socioambientais.

No campo científico da Administração, diversos aspectos da incubação tecnológica de empreendimentos da economia solidária têm sido abordados, como a análise de redes locais (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009) e estudos da racionalidade, desenvolvidos a partir das contribuições de Guerreiro Ramos (CANÇADO, CARVALHO e PEREIRA, 2011; PAES DE PAULA, 2007).

Nesse contexto, o objetivo central deste artigo é interpretar (compreender) as construções de representações sociais sobre o processo de incubação, considerando a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva. A pesquisa de campo ocorreu junto a uma ITCP vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

O artigo está estruturado da seguinte forma: breve introdução, um tópico sobre o referencial teórico, que está subdividido em três subtópicos: a) economia solidária e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, que focalizam o objeto de estudo em seus aspectos históricos e conceituais; b) racionalidade instrumental e substantiva nas práticas organizacionais, que focaliza a contribuição de Guerreiro Ramos; c) teoria e método das representações sociais, que focaliza a contribuição de Serge Moscovici. O segundo tópico se refere especificamente à metodologia utilizada. Já o terceiro tópico, relativo à análise e interpretação dos dados, está subdividido em três subtópicos: a) tensão entre racionalidades; b) características do processo: uma visão dos sujeitos participantes; c) processo de incubação, representações sociais e tensão entre as racionalidades. Por fim, nas considerações finais ressaltamos algumas conclusões e características do artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Economia solidária e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

Há ampla diversidade nas definições sobre economia social e solidária, considerando-se diferentes contextos geográficos e históricos (CATTANI, LAVILLE, GAIGER et al., 2009; HESPANHA e SANTOS, 2011). A seguir, sintetiza-se uma perspectiva histórica sobre os desenvolvimentos internacionais do campo da economia social e solidária. Demoustier (2006, p. 5-6), analisando o contexto europeu ocidental, especialmente as transformações do capitalismo francês, define cinco períodos: a) de 1791 a 1848, como “resistência dos grupos populares ao capitalismo industrial”. Entre a Revolução Francesa e a Segunda República de 1948, há repressão das coalizões, dos grupos populares, que se unem e se recriam reivindicando o direito ao trabalho; b) de 1850 a 1900, a autora concebe um período em que se destacam “cooperativas e sociedades mutualistas diante da divisão do trabalho da economia capitalista”. Há um reconhecimento progressivo de tais grupos (incluindo sindicatos); c) de 1901 a 1945, há, segundo ela, um período em que se passa a “gerir setores econômicos em vez de opor-se ao capitalismo”. Observa-se um reforço da organização social diante da concentração industrial e financeira, além de promoção de atividades fora do local de trabalho (luta contra o custo de vida e acesso ao descanso); d) de 1945 a 1975, Demoustier concebe uma fase em que as organizações da economia social se transformam em “um motor auxiliar do crescimento fordista”. Empresas associativas participam do fordismo com apoio de órgãos públicos, promovendo acesso de grupos populares, camponeses e operários ao consumo. Assim a economia social assume de certa forma os chamados custos sociais do crescimento; e) entre 1975 e 1990, Demoustier avalia que houve um período de “reconhecimento institucional e crise”. Em suas palavras, “as finalidades e os modos de estruturação das empresas associativas devem enfrentar ao mesmo tempo as transformações das políticas públicas e as novas destruições socioeconômicas geradas pela financeirização”, além de enfrentar a “multifuncionalização do capitalismo” (DEMOUSTIER, 2006, p. 17).

Em síntese, as organizações se desenvolveram do associacionismo operário para um diversificado conjunto de tipos organizacionais. Em um primeiro momento, essas organizações enfrentaram a repressão para posteriormente encarar a

concorrência de empresas com fins lucrativos em alguns setores. Essa crise de legitimação, tanto conceitual como organizacional, trouxe indagações ao movimento, fazendo com que empresas associativas, pequenas em sua maioria, se reatualizassem, buscando uma economia mais solidária.

Conceitos como os de economia social, solidária e popular, além de terceiro setor, são derivados de análises que partem de diferentes pressupostos. França Filho (2002, p. 9) diz que, ao se buscar o que há de comum entre esses termos, é possível conceber “um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”, fazendo-se alusão a um espaço de sociedade percebido como “lugar de produção de riqueza e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda”. O autor afirma que o termo terceiro setor se desenvolveu na cultura anglo-saxônica e tem suas bases arraigadas à perspectiva filantrópica, ou seja, das organizações sem fins lucrativos que não apresentam funções religiosas e político-partidárias. Na década de 1990, a Fundação John Hopkins realizou uma pesquisa em 13 países, incluindo o Brasil, a partir da nomenclatura International Classification of Non-Profit Organizations (ICNPO).

Ainda de acordo com França Filho (2002), enquanto o termo *terceiro setor* se desenvolveu primeiramente na cultura anglo-saxônica, as noções de economia social e solidária se desenvolveram especialmente no continente europeu, especialmente na França. A abordagem de França Filho corrobora a de Demoustier (2006), no aspecto histórico, complementando-a no que se refere a aspectos conceituais. A linha fundamental dessas perspectivas recai sobre a concepção moderna de solidariedade, que tem sua origem no movimento associativista operário do século XIX na Europa, enquanto forma de resistência popular que consubstanciou diversas experiências solidárias influenciadas, fundamentalmente, pelo ideário do mutualismo.

As iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente apareceram como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente. Essas ações foram caracterizadas pela articulação das dimensões social e econômica sobre um fundo político desenvolvendo, assim, iniciativas e experiências que começaram a despertar interesse de órgãos governamentais e empresas privadas. Esse interesse resultou em uma profissionalização do setor fomentando dinâmicas estruturais, como os estatutos das cooperativas, a fim de garantir legitimação para as organizações. Essa legitimação trouxe consigo aspectos tecnoburocráticos à economia social, desenvolvendo juridicamente quatro tipos essenciais de organizações: “as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associações de grande porte” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13). A partir da necessidade de institucionalização requerida por alguns setores que dão suporte à economia social, pesquisadores e ativistas perceberam uma tendência, cada vez maior, à burocratização das organizações que fazem parte desse setor. Diante desse cenário, reflete-se sobre o grau de engajamento político das organizações, concluindo-se que, em diversos casos, o envolvimento ocorria apenas em busca de legitimação do conceito organizacional, o que resultou na atualização e renovação do conceito. A economia solidária surgiu como proposta reflexiva e crítica diante da atuação da economia social. França Filho (2002) afirma que essa noção se baseia em uma perspectiva regulacionista a fim da construção de um projeto político para a sociedade. Esse ideal se dá a partir da aceitação de outra forma de regulação da sociedade concebendo a sustentação da mesma além das esferas do Estado e do mercado. As iniciativas solidárias são comumente representadas por várias atividades como: venda de produto ou serviço, subsídios públicos advindos da constatação da necessidade social de determinada atividade e atividades voluntárias. Dessa forma, há uma vinculação das necessidades às demandas reais da sociedade, não imperando assim a lógica financeira de maximização do retorno do capital investido.

Em síntese, portanto, se o termo economia solidária surge apenas recentemente, sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões econômica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida, conforme tratamos anteriormente. Isso nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é, talvez, uma nova economia social (FRANÇA FILHO, 2002, p. 15).

França Filho e Laville (2004) desenvolveram uma comparação entre a economia solidária na Europa (principalmente França) e na América Latina (destacando o Brasil). Enquanto na França a economia solidária aparece como dupla crise,

a do emprego e da socialização, surgindo a exclusão social, no caso brasileiro não é exatamente em termos de exclusão social que se define a problemática. No Brasil, a exclusão não é fato novo, faz parte da formação econômica e social, como um elemento central do desenvolvimento. Aqui, Estado e mercado “jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade, como ocorrera na França” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 175; FRANÇA FILHO, LAVILLE, MAGNEN et al., 2005). Por outro lado, a problemática da sociabilidade não ocorre no Brasil com a ênfase que aparece na França. Aqui, a questão material é que se evidencia como prioridade.

No Brasil, a formação do movimento de economia social e solidária apresenta outra perspectiva histórica. Em um primeiro momento, dos anos 1889 a 1930, denominado República Velha, a sociedade civil desenvolveu seu papel nos espaços criados, principalmente, pela igreja católica. Nesse período, mais especificamente no ano de 1907, é votado o Decreto n. 1.637 que legitima a existência das cooperativas. Posteriormente, destaca-se a chamada era Getúlio Vargas em que sindicatos, federações e confederações garantiriam inserção social e emprego. No ano de 1932 o Decreto n. 22.239 inaugura legalmente os princípios de Rochdale de cooperativismo no país. No ano de 1971, sob o regime militar, a Lei n. 5.764 preconizou uma modernização estrutural do Conselho Nacional de Cooperativismo e instituiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), desenvolvendo, assim, a política nacional de cooperativismo que estrutura um regime político para as cooperativas. Há diversidade de enfoques sobre o regime militar (ALVES, 1984; VILLA, 2014), mas é certo que o cooperativismo ganhou impulso efetivo com a democratização, a partir de meados da década de 1980 (ANDION e SERVA, 2006).

Como parte desse movimento maior, denominado economia solidária, as ITCP surgiram no contexto de demandas da sociedade civil, no ano de 1995. Naquele ano, o sociólogo Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, liderava o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, entidade que nasceu no ano de 1993, em meio à mobilização iniciada com o Movimento pela Ética na Política. O principal objetivo do Comitê era congregar esforços no campo empresarial, a fim de articular e implementar ações no combate à fome e à miséria. No ano de 1995, o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida se estruturou com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) para a construção de uma metodologia de incubação voltada ao cooperativismo popular, que pudesse ser difundido pelas universidades do país. Bocayuva (2002) destaca que a ideia central sempre foi a de oferecer conhecimento técnico e científico às classes populares, objetivando a criação de empreendimentos da economia social e solidária.

As incubadoras passaram a chamar a atenção das instâncias governamentais, até que, em 1997, o governo federal iniciou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), visando a garantir maior legitimidade a essa prática. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (Coep), dentre outras instituições, apoiaram tal iniciativa (FINEP, 2013). Já no ano de 2003, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com a Finep e com a FBB, reestruturam o Proninc, estendendo para 35 projetos em diversas instituições. No ano de 2006, outra reestruturação foi realizada, aumentando o escopo para 40 projetos (NUNES, 2009).

As incubadoras, enquanto tecnologias sociais (DAGNINO et al., 2004), apresentam-se como uma possibilidade de aproximação entre a universidade e a economia solidária. Nunes (2009) afirma, por exemplo, que, à medida que ocorre seu processo de institucionalização, elas se tornam laboratórios que unem dois dos pilares da universidade – pesquisa e extensão. Dessa forma, entende-se que as incubadoras têm como objetivo principal a organização e o fomento de determinados tipos de assessorias aos empreendimentos da economia solidária que emergem em seu ambiente (CULTI, 2009). Cançado, Carvalho e Pereira (2011) destacam que a gestão desenvolvida nessas organizações visa à autossustentabilidade.

A diversidade é marcante nas formas organizacionais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, especialmente nos últimos dez anos, sendo o fenômeno identificado por termos como economia solidária, socioeconomia solidária, economia popular e solidária, economia dos setores populares, economia de comunhão, economia social, cooperativismo popular, entre outros. Aparecem na forma de coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas recuperadas (autogestionárias), redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, associações de mulheres etc. (SILVA, BARBOSA e ALBUQUERQUE, 2013). No Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), uma iniciativa da Senaes, encontra-se um conceito síntese: “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e

realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010, p. 10). Tal conceito explicita valores e princípios considerados fundamentais do fenômeno: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica.

Racionalidade instrumental e substantiva nas práticas organizacionais

Dentre os diversos trabalhos de Guerreiro Ramos (1989), em especial os Estudos Organizacionais no contexto brasileiro, sua última obra, de 1981, *A nova ciência das organizações*, é, sem dúvida, a de maior relevância. Nela, o autor tem como objetivo analisar criticamente as ciências sociais em geral e em particular a teoria organizacional, em suas formas dominantes, propondo uma nova ciência organizacional não limitada aos seus formatos mecanomórficos e sociomórficos, nem ao enclave econômico (burocrático), dominante nas sociedades mercadocêntricas. Ele percebia a tensão existente na modernidade entre as racionalidades instrumental e substantiva, a primeira associada ao enclave econômico e a segunda aos enclaves que ele denominou isonômico e fenonômico (estes dois últimos relativos à interação simbólica autogratificante, nas quais não se separa instrumentalmente os meios dos seus respectivos fins, separação característica do enclave econômico). O autor critica a expansão (ou falta de delimitação) do enclave econômico sobre os demais, bloqueando a percepção e o desenvolvimento destes. Portanto, para o autor, a nova ciência das organizações precisaria ser multidimensional, com múltiplos enclaves reconhecidos e em desenvolvimento, no contexto de uma sociedade multicêntrica e sustentada em bases biofísicas (termodinâmicas) ou ecológicas, além de contar com a contribuição de múltiplas ciências sociais e da filosofia (GUERREIRO RAMOS, 1989). Ele propunha uma ampliação de horizontes, inclusive no que se refere à conceituação da riqueza das nações.

Serva (1996), ao tratar dos resultados dessa sociedade centrada no mercado (mercadocêntrica), afirma que, dentre outros fatores, a insegurança psicológica, degradação ambiental, perda da qualidade de vida, exaustão de recursos limitados e a incapacidade de construir espaços socioaproximadores são os que mais chamam a atenção. A fim de uma vida humana associada que favoreça a autorrealização dos seres humanos, Guerreiro Ramos (1989) sustenta que deveriam ser reconhecidos, delimitados e associados diversos sistemas sociais (enclaves), em uma concepção que ele denominou paradigma paraeconômico. O mercado (economia) tornar-se-ia, então, um enclave entre outros, perdendo sua centralidade, o que também significa dizer que a tensão entre as racionalidades precisaria voltar-se para a delimitação da forma instrumental (limitada, estreita, mas indispensável tanto para os indivíduos quanto para as organizações e para a própria sociedade multicêntrica) pelas qualidades da racionalidade substantiva, percebidas como potenciais vinculados aos enclaves fenonômicos e isonômicos. Estes últimos também são concebidos em suas “composições mistas” ou “combinações” por Guerreiro Ramos (1980, p. 52 e 54).

Serva (1996) ao tratar em sua tese de doutoramento da racionalidade em organizações, apresentou uma tentativa de continuação da agenda levantada por Guerreiro Ramos. A partir de uma aproximação entre a racionalidade substantiva abordada em *A nova ciência das organizações* e a racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, o autor busca caracterizar as organizações substantivas como aquelas voltadas para emancipação dos grupos e dos indivíduos.

A ação racional substantiva, portanto, seria aquela orientada por duas dimensões distintas, mas não dicotômicas ou separadas – individual e grupal. A primeira se refere à autorrealização, entendida a partir da concretização de potencialidades e satisfação. Apresenta como elementos constitutivos da autorrealização o entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia. Já a dimensão grupal se caracterizaria pelo entendimento ligado à responsabilidade e satisfação sociais. A ação racional instrumental apresentaria, como elementos constitutivos, o cálculo, a preocupação com os fins, a maximização dos lucros, o êxito, os resultados, o desempenho, a utilidade, a rentabilidade e a estratégia interpessoal (SERVA, 1996).

A análise da presença dessas racionalidades se desenvolveu, formando um campo de estudos composto por dissertações e teses. Santos (2012) analisa e divide em duas etapas os trabalhos baseados na proposição de Serva (1996). As pesquisas consideradas inseridas no grupo da primeira etapa utilizaram, via de regra, o quadro de análise desenvolvido por Serva (1996), analisando o tipo de racionalidade predominante nas organizações. O segundo grupo de estudos se relaciona, via de regra, com a codificação e sistematização da aprendizagem dos primeiros trabalhos, visando a incluir

novas formas de interpretar a racionalidade. Um terceiro grupo de estudos poderia ser acrescentado a essa abordagem, voltado para a interpretação da tensão entre as racionalidades. Exemplos disso seriam os trabalhos de Siqueira (2012), Santos (2012), Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012) e Bellucci (2015).

A tensão inerente à relação entre indivíduos e os sistemas organizacionais já era preocupação de Guerreiro Ramos (1989, p. 99):

Há, portanto, uma tensão contínua entre os sistemas organizacionais planejados e os atualizados, e afirmar que o indivíduo deveria esforçar-se em eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa (exemplo de política cognitiva que uma psicologia motivacional defende, em bases supostamente científicas), corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização.

Posteriormente, Serva (1997) também identificou traços da presença dessa tensão entre as racionalidades na análise de organizações consideradas substantivas (pela relevância dos enclaves isonômicos e/ou fenômenos). Portanto, não há na abordagem das racionalidades instrumental e substantiva, assim como nas formas de organização relacionadas a elas, a partir da contribuição de Guerreiro Ramos, uma compreensão meramente dicotômica ou idealista, mas fundamentalmente crítica, existencial, fenomenológica e também ecológica, no contexto dos estudos organizacionais (FRANÇA FILHO, 2010).

Teoria e método das representações sociais

Há convergência entre Farr (1998), no contexto internacional e Guareschi (2007), no contexto brasileiro, e entre muitos outros pesquisadores dedicados à pesquisa do fenômeno das representações sociais, quanto à relevância da teoria das representações sociais (TRS) e à obra de Moscovici (2009). Considerando especialmente a trajetória da psicologia social, Guareschi (2007) mostra como ela foi influenciada decisivamente pelo materialismo cientificista (a partir da obra de Wundt) e pelo individualismo cartesiano até meados do século XX, mas com repercussões até a atualidade. No final da década de 1950 e início da década de 1960, Moscovici (2009) começa a questionar toda a história da psicologia social devido a seus reducionismos, que resumimos a seguir como concepções individualista e coletivista.

Na concepção individualista, o ser humano é concebido como um indivíduo e o que é social resulta da soma de indivíduos. “Tanto as pessoas, como os objetos, nessa visão, passam, conseqüentemente, a ser realidades discretas, separadas” (GUARESCHI, 2007, p. 28). O autor argumenta que nessa concepção o bem comum e a noção de público ficam limitadas ao bem de cada um, individualmente, ao empenho de cada um por seu próprio bem-estar. Os problemas sociais seriam resolvidos automaticamente, sem a intervenção do Estado, e ele só teria sentido na medida em que defendesse os interesses particulares ou a somatória desses interesses.

Na concepção coletivista, o ser humano é concebido como uma peça de uma máquina ou a parte de um todo. A dimensão social é vista como a única e principal realidade existente, de onde deriva o sentido para tudo. O social é concebido como coisa, *une chose*, como dizia Durkheim. O grupo e o coletivo, são a realidade, enquanto as pessoas passam a ter importância na medida em que participam de grupos. Aqui, “não importa a consciência individual: importa a consciência coletiva” (GUARESCHI, 2007, p. 29).

O novo enfoque, defendido por Moscovici, questiona os dois anteriores (e suas variantes), afirmando que a dimensão social é uma *relação*, algo que não pode ser entendido sem *outros*, *sem a alteridade*. O ser humano é concebido como singular e, também, como múltiplo. “É esse o social que constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa” (GUARESCHI, 2007, p. 29). Nessa mesma linha de raciocínio, Veronese (2007, p. 43) observa que “o indivíduo de Descartes é plenamente racional; o sujeito relacional, não”. Este último se constitui, segundo ela, a partir das “relações que estabelece, através de um processo singular de apreensão do mundo e criação de sentidos que orientam ações e percepções”.

Assim, é possível conceber a formação das representações sociais como processo que envolve uma multiplicidade de fatores, que têm como núcleo a relação entre Sujeito, Outro e Objeto.

A teoria das representações sociais é uma abordagem que se abre aos mais diversos tipos de saberes. Essa abertura, fundamentada em uma perspectiva ética, busca também a compreensão das disputas de sentido que ocorrem entre os grupos no cotidiano. Nos estudos organizacionais, várias pesquisas têm-se utilizado da teoria das representações sociais (SILVA, BARBOSA e ALBUQUERQUE, 2011; CORRÊA, GONTIJO, ASSIS et al., 2007; CAVEDON e FERRAZ, 2005).

Sobre as funções da representação social, Jovchelovitch (2008) diz que elas podem ser compreendidas a partir de três proposições: a primeira delas se dá no entendimento de que os processos representacionais são, ao mesmo tempo, simbólicos e sociais, desenvolvendo, assim, espaços subjetivos, intersubjetivos e objetivos. Em segundo lugar, está a compreensão de que o conhecimento é um processo polissêmico, ou seja, diferentes modalidades de representação social estão ligadas aos diferentes tipos de conceitos. Por último, há uma coexistência de saberes, e não seu deslocamento, portanto, cada saber está relacionado com determinadas necessidades desempenhando assim funções diversas na vida social.

Para Moscovici (2009), não há hierarquia ascendente que vá da percepção ao conceito ou à razão/racionalidade, do primitivo ao civilizado, da criança ao adulto. O que há é antes uma hierarquia descendente, uma descida, à medida que os conhecimentos científicos circulam e se contextualizam na sociedade. O abstrato de um século pode tornar-se concreto e senso comum no século seguinte. O senso comum não é simplesmente substituído pelas teorias ou pela lógica – ele as redefine, as condiciona, há uma interação complexa entre o abstrato e o concreto.

Moscovici (2009) afirma que as representações coletivas, segundo expressão de Durkheim, eram tratadas como uma ferramenta que possibilitaria a explanação de ideias e crenças (mitos, ciência, religião, por exemplo). No entanto, o que antes era tratado como conceito agora deve ser assumido como fenômeno. Essa transição traz a necessidade de descrição e interpretação desses fenômenos, ou seja, a relação com uma maneira diferenciada de compreensão e comunicação, resultando na compreensão que as pessoas fazem da realidade e do senso comum. Portanto, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2009, p. 54).

A tensão entre familiaridade e não familiaridade e a ideia está subjacente às representações sociais. A tentativa de tornar familiar o desconhecido, associando noções que já assimilamos e aceitamos, é concebida como uma necessidade humana que favorece a criação de universos simbólicos consensuais. Essas ideias-imagens nos auxiliam na superação dos problemas cotidianos, além de reduzir o impacto do desconhecido.

Ciência e representações sociais apresentam uma relação um tanto quanto contraditória. Moscovici (2009; 2011) ressalta que o objetivo da primeira está em tornar familiar o não familiar, sendo o meio para isso viabilizado por laboratórios e equações matemáticas, por exemplo. O autor afirma que a ciência se baseava no senso comum, no entanto, atualmente, o senso comum é a ciência tornada comum. O processo de transformação de palavras, ideias ou seres não familiares em familiares não é algo simples.

Um processo que se fundamente na memória e nas conclusões passadas se faz necessário. Moscovici (2009) afirma que esse procedimento é composto basicamente por dois mecanismos denominados *ancoragem* e *objetivação*. A ancoragem é baseada em captar ideias estranhas ao nosso universo para depois categorizá-las e relacioná-las a imagens comuns, aproximando, dessa forma, o distante a um contexto familiar. Como podemos perceber, a ancoragem é basicamente um mecanismo de classificação, pelo qual relacionamos categorias e nomes. A categorização, então, dá-se com a escolha de algum *themata* ou tema estabelecido em nossa memória (MOSCOVICI, 2009; MOSCOVICI e MARKOVÁ, 2003) e a relação entre esse *themata* e o novo, resultando em uma avaliação positiva ou negativa. A nomeação se dá com a intenção de estabelecer uma identidade ao novo, para que possa se relacionar com um conjunto de palavras específicas, localizando-o assim em nossa matriz de identidade cultural. A categorização se resume, então, a um processo que situa o novo em conformidade ou divergência com a norma com a qual estamos acostumados (MOSCOVICI, 2009). A objetivação estabelece uma união entre a não familiaridade e a realidade, ou seja, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2009, p. 71). Dessa forma, ao aliarmos uma ideia a uma imagem estamos nos utilizando da objetivação. Guareschi e Jovchelovitch (1995), corroborando o exposto, afirma que a objetivação e a ancoragem são formas específicas em que as representações apresentam mediações, ou

seja, aproximam uma concepção quase material à produção simbólica de determinado grupo. Portanto, edificam de forma concreta as representações sociais na vida social.

Representar é tornar presente, por meio de símbolos, algo que se encontra ausente. Esse processo é baseado na individuação e socialização, consubstanciado pela formação e desenvolvimento do saber. Dessa forma, as representações não são um espelho da externalidade do indivíduo nem uma construção mental individual – elas são um produto (sem deixar de ser um processo) simbólico construído a partir das inter-relações do Eu, do Outro e do Objeto-mundo, tendo, assim, a função de significar, de construir o sentido, ou seja, de criar a realidade social (JOVCHELOVITCH, 2008; SPINK, 2004). Segundo Moscovici (2009), o objetivo da teoria das representações sociais está na compreensão da estabilidade social levando em conta a diversidade humana, ou seja, a partir de um mundo em que a imprevisibilidade é uma das características fundamentais, a teoria das representações sociais procura compreender em que se sustenta a estabilidade das relações entre indivíduos. Por exemplo, membros de determinados grupos sociais compartilham a mesma representação do mundo, no entanto, ao analisarmos classes dominantes e dominadas visualizaremos distintas representações.

As mediações sociais, em sua diversidade, contribuem para a formação das representações sociais. Assim se dá o fato de elas serem sociais, pois “nascem” e se formam com as relações sociais, dialogicamente. As representações sociais são, então, uma espécie de tática construída pelos atores sociais com o intuito de enfrentamento da diversidade e da mobilidade do mundo, gerando, assim, um espaço comum, o espaço público ou comunitário (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995). O estatuto da representação é uma construção epistêmica, social e pessoal. Nesse sentido, compreende-se que as representações não são uma cópia do mundo, mas um processo criativo da construção simbólica desse mundo (JOVCHELOVITCH, 2008). A concepção de produção simbólica atribui um duplo papel ao indivíduo, tornando-o consumidor e produtor. Dessa forma, mesmo sendo consumidor de determinada informação, o sujeito é também produtor, assim, as informações transmitidas não são necessariamente apreendidas pelos consumidores como querem os transmissores, há uma produção ou reconfiguração por parte dos primeiros (CERTEAU, 2008).

O homem inventa, em certa medida, o cotidiano, com maneiras sutis que passam despercebidas pela lógica tecnoburocrática (CERTEAU, 2008). Essa invenção do cotidiano, frequentemente, está ligada com a produção simbólica dos sujeitos. A invenção da sociedade é título de uma densa obra de Moscovici (2011, p. 46), que se refere à sociedade como uma “máquina de fazer deuses”. Jovchelovitch (2008) diz que as representações sociais fazem parte de um espaço denominado de fenomenologia da vida cotidiana, que tem a intenção de compreender a produção de conhecimento das pessoas comuns e ordinárias, das organizações e das comunidades. Assim, o cotidiano se apresenta como uma fonte de conhecimento, que difere do conhecimento científico e do tecnológico – fonte da qual estes se distinguem e tendem a se separar e sobre a qual tendem a se impor. No entanto, qualquer conhecimento científico ou tecnológico somente é apreensível pelo senso comum segundo os parâmetros deste. A tensão entre lógicas, entre racionalidades, a disputa de sentidos simbólicos, então, é inevitável.

Moscovici, assim como Guerreiro Ramos, buscou ampliar os horizontes das ciências sociais, incluindo uma abordagem da ecologia, das ciências da natureza, além de uma atuação política na ecologia política. No que se refere às racionalidades, também concebia duas formas predominantes: uma “razão fria”, calculista e instrumental, para a qual tudo ou quase tudo é meio, estaria em tensão com uma “razão quente”, à qual concerne o sentido das coisas, seus valores (MOSCOVICI, 2007, p. 187).

METODOLOGIA

Apresentaremos os pressupostos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Salientamos o caráter qualitativo, objetivando, sinteticamente, interpretar/compreender o “sentido que adquirem a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, assim como o sentido da ação individual quando se traduz em ação coletiva” (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008, p. 131). O objeto, por excelência, da pesquisa qualitativa seria, portanto, a ação interpretada, tanto pelos pesquisadores quanto pelos sujeitos da pesquisa.

A questão fundamental do processo metodológico implica em buscar uma forma de compreender as disputas simbólicas a partir da tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva. Optamos pelo método das representações sociais porque as compreendemos como uma forma de tradução da realidade. Vale destacar que teoria das representações sociais, enquanto método de pesquisa, concebe uma ampla gama de possibilidades, das mais próximas ao positivismo, à pesquisa experimental em laboratório (incluindo uso de técnica de quantificação de palavras, por exemplo), até as voltadas para a fenomenologia/interpretativismo, o construtivismo, a hermenêutica e a complexidade.

Se tomarmos como referência as três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa analisadas por Schwandt (2006) – o interpretativismo, a hermenêutica e o construcionismo social – pode-se afirmar que as abordagens teóricas de Guerreiro Ramos e Moscovici não se enquadram exclusivamente em nenhuma delas, embora tenham pontos de convergência com as três. Entrar no debate sobre tais pontos de convergência seria ir muito além do objetivo deste estudo e implicaria um ensaio teórico-epistemológico à parte, inclusive porque cada uma dessas posturas epistemológicas é internamente diversificada. Em apoio a esse posicionamento, observamos que Husserl, referência central em termos de fenomenologia, teve sua formação acadêmica marcada inicialmente pela matemática, passou por diversas transformações, contradições e paradoxos, sempre atormentado por um sentimento de fracasso e frustração. Sua obra, entretanto, influenciou diversas ciências sociais e marcou a história da filosofia, de tal forma que se pode observar vertentes como a fenomenologia descritiva, a realista, a constitutiva, a existencial e a hermenêutica (MOREIRA, 2002).

Laperrière (2008) destaca que os métodos qualitativos propõem uma redefinição do critério de objetividade científica, seja em termos de consenso intersubjetivo e de teorias negociadas, ou por meio da integração crítica das diversas interpretações do fenômeno pesquisado, ou ainda pela maximização da qualidade das informações obtidas, com a contextualização e sua triangulação. Consideramos as representações sociais a partir de três perspectivas: uma forma de tradução, uma perspectiva estrutural e uma perspectiva processual. A primeira se relaciona com a busca pelo entendimento de como determinada representação social se desenvolve de certa maneira e não de outra. Já a perspectiva estrutural contempla a lógica da estrutura encontrada e sua razão de ser. Por fim, a perspectiva processual traz a visão de como se forma e organiza internamente a representação, evidenciando o desenho, a lógica interna e o princípio organizador da representação, juntamente com sua relação com o mundo (ARRUDA, 2005). Spink (2004) destaca a complexidade da noção de representações sociais desde a obra de Moscovici. Ele sustenta que “a conversação está no epicentro do nosso universo consensual porque ela molda e anima as representações sociais e assim lhes dá vida própria” (MOSCOVICI, 1984, p. 53).

A relação entre sujeito e objeto é fluida, dessa forma toda representação é representação de um sujeito e de algum objeto. É preciso aspectos como as características conhecidas do objeto em estudo, dos pesquisados e dos próprios pesquisadores. A representação social, ao ser concebida como uma rede de sentidos em disputa verbal e não verbal (já que há processos latentes e inconscientes), faz com que a interpretação deva ser bem fundamentada, informada, admissível e fecunda, não menosprezando assim os cuidados metodológicos e não se deixando ofuscar por eles.

Conforme já antecipamos, este artigo é fundamentado em estudo empírico realizado na ITCP/USP. Formalmente a incubadora faz parte do Núcleo de Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. O núcleo tem como objetivo fomentar ações que estimulem a comunidade universitária a um maior engajamento da universidade na construção cultural, científica, técnica e política da sociedade. Os programas são parte do trabalho de estudantes, técnicos e professores dos mais diversos setores da universidade (MANDELBAUM, 2006).

A ITCP/USP iniciou suas atividades no ano de 1998 com o intuito de auxiliar a criação de uma cooperativa de moradores de uma região carente próxima à universidade. A ITCP/USP trabalha por meio dos Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinares (Gepem) que coordenam grupos de trabalho (GT) responsáveis por aprofundar e discutir ações transversais juntos aos diferentes projetos desenvolvidos. A metodologia se baseia nos conceitos de educação popular baseados, fundamentalmente, na obra de Paulo Freire. Destacam-se, portanto, alguns princípios: autogestão, interdisciplinaridade, aprendizado mútuo e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (ITCP/USP, 2013).

O acesso aos entrevistados ocorreu a partir de um primeiro contato com a incubadora que viabilizou o contato com determinados grupos, os quais estavam ativos e em diferentes estágios. Em um segundo momento, fomos apresentados a alguns formadores e sujeitos que participavam dos grupos. Com esse contato, iniciamos uma rodada de entrevistas

individuais. Os entrevistados foram identificados com siglas e números E1, E2, E3, E4 e E5. Os entrevistados E1 e E2 são cooperativistas em formação, enquanto os E3, E4 e E5 são formadores.

Seguem-se algumas informações sobre os entrevistados. E1 é uma mulher de aproximadamente 40 anos, casada, com 3 filhos. Paraibana, migrou para São Paulo há cerca de 16 anos. Completou o Ensino Médio; desenvolve projeto de artesanato. Tempo de entrevista: 30 minutos. E2 é uma mulher de 70 anos, casada, 3 filhos. Natural de Campinas (SP). Iniciou, mas não completou o Ensino Médio. Está organizando uma cooperativa para fabricar barras de cereais, com uma concepção ecológica de alimentação. Tempo de entrevista: 20 minutos. E3, tem 25 anos, é aluna da faculdade de Têxtil e Moda da USP Leste. Descobriu a economia solidária em uma disciplina e, a partir daí, juntou-se à ITCP. Tempo de entrevista: 70 minutos. E4 é pedagoga, tem cerca de 50 anos, casada. Já foi diretora em diversos colégios em São Paulo. Também morou na Alemanha. Teve contato com a obra de Paulo Freire, participou de diversos projetos educacionais. Tempo de entrevista: 45 minutos. E5 é um homem de 55 anos, alemão formado em sociologia pela Universidade de Berlim. Foi fundador do programa Ação da Cidadania com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Trabalhou como professor em escolas e faculdades. Tempo de entrevista: 120 minutos.

A partir de algumas obras referentes à temática produzidas no âmbito da ITCP/USP (CORRALES e SILVA, 2011; NIGRO, 2007; MASCARENHAS, 2007), foi definido um roteiro de entrevistas (abertas) sobre questões que julgamos ser importantes no processo de incubação. A partir desse conjunto de questionamentos construído com base na literatura sobre incubação, iniciou-se a pesquisa de campo. Cabe salientar que o esquema analítico foi mantido aberto às possibilidades indutivas do campo para evitar o dedutivismo. Também cabe destacar que as representações sociais foram concebidas como fenômeno mutável do ponto de vista histórico, social e cultural. Assim, a proposta analítica traduziu-se como um mapeamento dos conflitos considerando-se a centralidade da tensão entre racionalidades instrumental e substantiva ocorridas nos processos de incubação. Buscou-se destacar o papel da tensão entre racionalidades enquanto estruturante de disputas simbólicas, caracterizadas por meio das representações sociais sobre o processo de incubação.

O papel dos observadores é de suma importância em uma metodologia como a que nos propomos seguir. Acreditamos que a contextualização do momento da entrevista se faz importante para uma maior compreensão do leitor. Após alguns contatos com a ITCP em sua sede na USP e a apresentação dos grupos, tornou-se possível entrevistar os formadores desses grupos. Uma das entrevistas com os formadores ocorreu na própria sede da ITCP, na USP, e as outras em uma feira no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, no bairro Jardim Jaqueline, na própria capital paulista.

A chegada ao bairro se deu de forma a iniciar um primeiro estranhamento na pesquisa, já que se trata de um local com falta de segurança pública – inclusive o taxista fez alertas sobre isso. Esse primeiro contato com a realidade do local e o contexto em que as pessoas vivem trouxe diversos questionamentos, sobretudo sobre as diferenças de posição socioeconômica entre pesquisador e sujeitos/objetos da pesquisa. De certa forma, as representações sociais já estavam em formação nas observações do local e na sensação de insegurança e estranhamento.

ANÁLISE DOS DADOS

Tensão entre racionalidades

Inicialmente, é importante destacar como se processou em nossas entrevistas a tensão entre as racionalidades, identificando de que forma ela apareceu, e, sobretudo, ligada a quais aspectos. Vale ressaltar que entendemos a tensão entre as racionalidades como uma característica inerente às relações humanas, e que se torna ainda mais intensa em organizações do tipo analisado, já que as cooperativas, quanto mais se caracterizam por sua pertinência ao perfil de iniciativas populares e são construídas sobre princípios realmente cooperativos, mais tendem a divergir de empresas que visam, sobretudo, à maximização de lucros e também de organizações marcadas pela burocratização. A tensão entre as racionalidades e entre organizações de diferentes tipos tende a expressar-se na linguagem dos envolvidos na prática organizacional.

Ao se apresentar como característica central dos empreendimentos aos quais a ITCP presta assessoria, a geração de renda se evidencia como um primeiro fator de tensão entre as racionalidades. Pelas falas dos entrevistados, inicialmente, esse parece ser o motivo pelo qual os sujeitos se mobilizam, no entanto, com o passar do tempo, outros valores parecem tornar-se mais relevantes e passam a fazer parte do cotidiano do processo de incubação.

Um dos objetivos maiores é a geração de renda, principalmente em pessoas que não têm condições de trabalhar, que têm filho pequeno, que não têm com quem deixar, nem podem deixar na creche. Pelo menos, as meninas que têm lá enfrentam esse problema, e não têm condições de trabalhar fora. A princípio é uma alternativa. (E1, cooperativista)

Posteriormente, outros valores são constatados no processo de incubação e na criação das cooperativas. Por exemplo:

Um dos maiores valores é a reciclagem, a gente trabalha com tecido reciclado. Eu acho importantíssimo para o meio ambiente, eu penso muito nisso. E também o valor humano, da relação das pessoas, valorizar o outro, ouvir, conversar. No começo a gente não tinha muito isso porque a gente não tinha noção do que era uma cooperativa, então gerava uma discussão, hoje já conversamos e escutamos mais. (E1, cooperativista)

Alguns elementos que compõem a racionalidade substantiva podem ser notados na fala acima, como a relação entre as pessoas e a valorização do outro, por exemplo. Ainda nesse sentido, “eu acho muito bom estar junto com outras pessoas, a gente conhece pessoas diferentes, a gente vai às feiras conhecer outras pessoas”. (E2, cooperativista). A possibilidade de ir além do espaço da família e do local de moradia, vivendo experiências, outras interações humanas, representa para certas pessoas um ganho de autonomia, relativa à experiência de subordinação dentro de uma família tradicional, em que o homem ocupa um lugar dominante sobre a mulher. Isso é percebido pelos formadores: “senti que isso é importante, sentir que ela pode participar, ela vai para esses lugares, é uma oportunidade que acho que é um ganho de autoestima” (E3, formadora). Podemos perceber, por último, a questão da autonomia e da realização da pessoa enquanto sujeito, ultrapassando limites até então impostos, sobretudo, por sua condição de mulher e trajetória familiar.

Outro aspecto substantivo bastante presente nas falas é o da possibilidade dos sujeitos desenvolverem diversas tarefas, indo além da situação costumeira, atomizada, em que sempre recebia ordens. As falas a seguir apontam nesse sentido: “bom, tá dentro de valores também, mas a autogestão é uma bandeira bem forte da incubadora. Autonomia [...] o respeito, a escuta, [...] a participação, a flexibilidade” (E3, formadora). “Mas o valor é a transparência, é a amizade, a verdade, a fraternidade e a transparência das contas [...] mas o que pega mesmo para elas é elas mandaram nelas. Isso é muito forte. É emancipatório” (E4, formadora). “Solidariedade é um dos princípios” (E5, formador).

Os valores levantados por Serva (1996) que compõem a ação racional substantiva podem ser percebidos nos excertos dos discursos analisados anteriormente. Autonomia, respeito, participação, fraternidade e emancipação são, por exemplo, valores substantivos e estão presentes nos discursos dos sujeitos que participam do processo. É importante salientar que as falas dos cooperativistas em formação apresentam uma linguagem mais ligada à prática e à tentativa de construção dos empreendimentos, enquanto que os posicionamentos apresentados pela maioria dos formadores são marcados por questões mais definidamente ideológicas (anticapitalismo, emancipação).

A racionalidade instrumental, composta pelos elementos de cálculo, fins e resultados, por exemplo, (SERVA, 1996), passa situações nas quais as pessoas pertencentes à ITCP se questionam quanto à possibilidade de desenvolvimento real dos grupos. As falas a seguir apontam essa direção: “Inclusive já teve casos na incubadora de acabarem com a incubação de um grupo, por acharem que o grupo não ia progredir economicamente, talvez. Ou essa questão da dependência, sabe? É difícil ter uma perspectiva de desincubação” (E3, formadora).

A questão econômica é central para a análise na medida em que remete à sobrevivência, à capacidade de realizar trabalho valorizado pela sociedade, de forma autônoma, ainda que contando com a assessoria da ITCP. Não se limita, portanto, às ações racionais instrumentais, também contém uma dose de substantividade. A pobreza, como se sabe, é multidimensional, pois contém aspectos econômicos, existenciais, sociais, psicológicos. Dessa forma, assumimos a questão econômica como uma temática que merece destaque, já que, dependendo de como os sujeitos a assumam, pode ocorrer uma

descaracterização da organização cooperativa. Esse ponto, por exemplo, fica bastante evidente na fala a seguir em que a cooperativista explica o motivo do grupo inicial ter perdido membros: *“porque a gente não tá assim atrás de ganhar horrores de dinheiro, as outras pessoas querem ganhar mais e mais, como a gente não tá muito atrás disso, a gente ficou”* (E2, cooperativista). Os formadores constataam que há sempre uma expectativa de maior retorno por parte dos cooperativistas – *“sempre elas esperam tirar mais”* (E4, formadora). *“O grupo já teve mais membros, já teve 8 ou 10 pessoas, mas todo mundo com uma expectativa muito grande de retorno”* (E5, formador).

Enquanto há um processo visando à proteção dos valores fundantes do cooperativismo, que envolvem a crítica do capitalismo, há outro, em paralelo, no qual o fator econômico é central. Elementos da ação racional instrumental como maximização dos lucros, êxito, resultados, desempenho e rentabilidade (SERVA, 1996) são evidentes, mas delimitados por uma busca de caracterização da organização como uma cooperativa. Nesse ponto, o julgamento ético, a autonomia e a satisfação se sobressaem, aproximando-se da ação racional substantiva (SERVA, 1996). A reflexão a seguir aponta nesse sentido:

[...] me parece que, sem esse conjunto, uma força para satisfazer a necessidade econômica e o resto não, não daria certo, eu tenho essa convicção que um conjunto tem que estar bem colado. Para nós essas pessoas aqui – é um dinheiro que elas têm, que o marido não dá para elas [...] Isso é um conjunto, do lado econômico tem que ter um retorno, o retorno não é só de forma material, mas de outras formas também, mas precisa, se você produz e não sobra nada, não sei se continuaria. É diferente de um clube de chá, uma outra proposta, vou jogar conversa fora, vou tomar chá, vou focar, é outra coisa! Aqui não, o carro-chefe continua sendo atividade econômica e o retorno econômico por mais baixo que seja. (E5, formador)

O aspecto econômico, portanto, é substancial ao processo de incubação, pois é fator de engajamento e manutenção dos indivíduos na construção do empreendimento, mesmo que ele seja fundamentado em outra lógica de produção. Embora fundamental, o aspecto econômico não é o único fator alterado na vida dos sujeitos com o processo de incubação. Os entrevistados revelaram que os grupos de pessoas que buscavam alternativas, visando a grandes retornos e métodos baseados na relação patrão e empregado, abandonaram o processo por não se adaptar às novas visões. *“Na verdade, vou resumir, apresenta um mundo novo para eles, em todos os sentidos. Eles nunca trabalharam nisso, nunca decidiram coletivamente, eles estavam acostumados que vem alguém para mandar”* (E5, formador).

Ao refletirmos acerca da ambivalência inerente a tais situações, percebemos que o predomínio de uma das racionalidades obstaculiza e tensiona – quando não impede desenvolvimento da outra. A tensão parece estruturar situações acessadas pela capacidade crítica dos sujeitos, exemplificadas pelos momentos em que as pessoas decidem manter certos aspectos produtivos (diminuindo, conseqüentemente, seus ganhos) a fim de garantir as estruturas organizacionais de uma cooperativa, como o tempo de produção, as relações de amizade e os aspectos de autonomia e valorização do outro que são desenvolvidos no processo de incubação. Dessa forma, acreditamos que é por meio dessa inerente tensão entre as racionalidades que se torna possível, por exemplo, o exercício da capacidade crítica dos sujeitos, incluindo suas tomadas de decisão.

Consideramos como parte do posicionamento analítico a noção de **predominância relativa entre as racionalidades**, observando assim a existência de um *continuum* entre dois polos imaginários. Essa continuidade pode ser manifestada sob diferentes formatos: ao se aproximar do polo instrumental observa-se uma expressão mais estreita e pontual no que se refere às relações entre os sujeitos, já o formato substantivo garante uma relação mais aberta e relacional. Há, dessa forma, uma tensão no processo de incubação dos empreendimentos econômicos, na medida em que apresenta dois polos fundamentais – o econômico-instrumental e o econômico-substantivo – que evidenciam aspectos de convergência e de divergência entre si, em diferentes graus de tensão. O movimento, característico dessa tensão, habilita diferentes experiências dos sujeitos, já que as organizações, em suas diversas situações, experienciam o mercado até o ponto em que alguma das práticas (ligadas às ações instrumentais) presentes no mesmo não invadam seu espaço valorativo/substantivo.

Características do processo: uma visão dos sujeitos participantes

Ao refletirmos sobre pesquisas e manuais que tratam do processo de incubação, elencamos algumas temáticas para analisarmos as representações sociais de formadores e de cooperativistas. Pretendemos articulá-las à questão da tensão

entre as racionalidades, desenvolvendo assim uma análise das representações sociais a partir dessa tensão. Essas temáticas são: relação entre os formadores e os cooperativistas, formação dos grupos, habilidades necessárias aos formadores e metodologia.

A nossa primeira questão se referia à **relação entre os formadores e os cooperativistas**. Os cooperativistas apresentaram uma visão na relação com os formadores que se assemelhava às relações pessoais de amizade. Por exemplo, “é uma relação de amizade, não como um professor não. Mas relação de amizade, mais horizontal” (E1, cooperativista). “Eu acho que eles são muito legais, são meus amigos” (E2, cooperativista). Já os formadores concebem essa relação a partir de uma noção que remete a uma mistura de terapia com pedagogia do oprimido, sob a influência da obra do educador Paulo Freire, reconhecidamente disseminada entre ativistas de esquerda no Brasil. “Na verdade aqui mistura tudo! Mistura uma terapia, que a gente não entende como terapia e não é proposta de terapia” (E5, formador). Ou seja, “dava para perceber que elas acabavam se identificando muito como assistidas [...]” (E4, formadora).

A simplificação ideológica, com a mitificação do processo emancipatório anticapitalista, é um risco com o qual convivem os responsáveis pela ITCP, sejam professores, técnicos ou estudantes na condição de formadores. Isso se traduz como mais uma fonte de tensão.

Essa relação entre os formadores e os cooperativistas, à sombra da imagem mítica de Paulo Freire, implica em representações sociais que se aproximam da dualidade ora dialética, ora dicotômica, entre a teoria e a prática. “[...] eles estudam, pesquisam, mas a prática tá com a gente, quem sabe somos nós. Porque ela (a formadora) vai pesquisar, ela vai estudar, ver como é que faz, o melhor jeito de fazer, mas quem que faz somos nós” (E1, cooperativista). Dessa forma, “tem duas coisas em paralelo, tem a parte prática no dia a dia, e a parte de formação, muitas vezes a coisa caminha paralelamente [...]” (E5, formador).

Outro ponto que perpassa essa temática é o posicionamento que se tem entre formadores e cooperativistas – características mais professorais ou dialógicas podem ser encontradas. Por exemplo: “até um tempo atrás dava para perceber que elas acabavam se identificando muito como assistidas [...]” (E3, formadora), “[...] elas adoram essa posição professor-aluno. Adoram!” (E4, formadora). Nota-se, aqui, uma ambivalência entre o passado (“um tempo atrás”) e o presente (“elas adoram”). Não se torna nítida uma representação social, nesse caso, mas se percebe um drama (*pathos*) na convivência entre os atores do processo.

Nessa convivência há dupla aprendizagem, na busca de construir-se, conjuntamente, um presente com base no reconhecimento mútuo, aceitando-se as diferenças culturais e de classe social entre os atores, enquanto se tenta superar um passado de opressão e insegurança. “A gente pode ter um conhecimento sobre alguns assuntos específicos, elas têm outro tipo de conhecimento, e o que é necessário ali para aquele grupo, de certa forma, estamos construindo juntos” (E3, formadora).

É possível emergir no processo uma representação social de ausência de conflitos, de plena harmonia, de satisfação e autorrealização, como se percebe no seguinte depoimento:

Não que eu seja um deles, mas eu sei conviver com eles, eu gosto de conviver com eles, e eles não se incomodam de conviver com alguém que tem formação superior. Isso é muito legal! Claro que eles sabem: não, ele é professor, sempre a gente continua uma referência. Mas a gente fala a mesma língua com eles, a gente não tem um discurso acadêmico, a gente sabe usar, sabe se comunicar com a linguagem que eles entendam. (E5, formador)

A formação dos grupos é um ponto bastante delicado já que há, sempre, uma grande parcela de pessoas que desiste. A cooperativista 2 explica que “agora nós estamos em três no grupo, mas eram umas vinte pessoas. Perseverou mesmo só três”. Corroborando o exposto:

A partir do momento que eu entrei, que foi a partir do início da incubação, o grupo já tinha diminuído bastante, que eram mais ou menos vinte pessoas no início, quando eu entrei tinham mais ou menos cinco ou seis pessoas. E aí teve uma fase grande de incubação que foi só a consolidação do grupo. (E4, formadora)

A formação dos grupos é algo bastante peculiar a cada uma das realidades desses sujeitos, já que não se pensa em algo padronizado comum a todos eles. O processo de incubação se “molda” a cada realidade e necessidade desses grupos. Embora haja uma troca de informações entre os formadores, não há padronização dos métodos e das etapas. Uma das problemáticas a que os sujeitos se referem com frequência é o desconhecimento do cooperativismo por parte das pessoas que iniciam o processo de incubação, e a necessidade de ultrapassagem do modelo que sustenta relações como as de patrão-empregado.

“No começo chegaram com a carteira de trabalho, então, na verdade, não sabiam direito o que é uma cooperativa ou empreendimento solidário [...]” (E5, formador). “No começo, eu não tinha nem noção do que era cooperativa” (E1, cooperativista). “Eles esperavam uma coisa dessas, relação patrão-empregado” (E5, formador). É perceptível um interesse inicial pela novidade e possibilidade de geração de renda dos empreendimentos. O modelo patrão-empregado é sempre muito forte nas relações entre os cooperativistas, e assim as relações trabalhistas e de produção, frequentemente, se aproximam dessa visão de que alguma pessoa é responsável por pensar e determinar as coisas enquanto que eles se responsabilizam pelo aspecto operacional.

Outra característica que cabe analisar nas entrevistas se refere às habilidades necessárias por parte dos formadores: capacidade de escutar, responsabilidade, paciência e estudos são algumas dessas habilidades apontadas como necessárias. No entanto, esse aspecto não é pacífico, as pessoas têm percepções distintas do que seja necessário, mas apresentam um horizonte comum. Por exemplo, a formadora 3 explica que:

Acho que habilidades, principalmente a escuta, acho que se mostrar aberto para se construir junto, tanto com os colegas de trabalho quanto com as pessoas do grupo incubado. Acho que há responsabilidade com o trabalho que a gente faz, com essa atuação, e com as pessoas com quem a gente tá atuando. (E3, formadora)

Paciência é o fator mais frequente: “Aí pegava o negócio, ia fazendo e não era aquilo, também era um exercício de paciência. Ser incubado tem que ter uma paciência de Jó, né? Pelo amor de Deus! [risos]” (E4, formadora). “Paciência, muita, muita paciência! Para mim fica em primeiro lugar” (E5, formador). Além disso:

Segundo lugar, falar a linguagem do público. Terceiro, estudar também, porque várias coisas para você, que você pretende usar na incubação, você tem que analisar, você quer mexer com contabilidade então você vai ter que estudar, não basta seu orçamento doméstico para isso. Se você quer fazer uma previsão de contas, então você vai ter que estudar, pensar, pegar literatura. Enfim, você tem que, resumindo, ter o seu próprio preparo. Entra também sua vontade, seu engajamento, se você faz isso com vontade, com gosto, ou se você encara isso daqui como um trampo qualquer, como diz o outro. Então é muito importante você se identificar com isso. (E5, formador)

Por último, a metodologia é outro fator importante no processo de incubação e que apresenta posicionamentos ambivalentes por parte dos sujeitos, “e claro, depende um pouco do que essas pessoas já sabem, onde eles já estão seguros, e onde eles têm grandes deficiências. Não tem uma receita pronta! Que bom e que ruim! Que ruim por um lado, bom por outro lado” (E5, formador).

Isso é um questionamento que eu faço, porque uma dificuldade que eu estou tendo aqui nessa incubadora é de ter um planejamento para atuação. Porque no fim o que acontece é que as pessoas acabam chegando e vão aprendendo com a prática, mas como é uma incubadora que tem mais de dez anos de existência, tem um conhecimento acumulado que eu acho que precisa ser, de alguma forma, sistematizado, e que de alguma forma precisa chegar nas pessoas para que não tenham que ser essa experimentação. Acho que tem que ter essa responsabilidade com nossa atuação. A gente não precisa errar para aprender. (E3, formadora)

A apresentação de metodologias baseadas em um posicionamento prescritivo é conjuntamente criticada pelos formadores. No entanto, a falta de algum tipo de esquema básico em alguns casos faz com que o processo se torne muito diluído, podendo assim ganhar as mais variadas direções. A falta de parâmetros traz insegurança aos formadores mais jovens e

com pouca experiência, tornando a experimentação uma prática muito utilizada. Dessa forma, há questionamentos frequentes em relação à utilização ou não de alguma forma de metodologia.

Elencamos três pontos que se mostram críticos no processo de incubação: relação entre formadores e os cooperativistas, formação dos grupos e metodologia. A partir da visão dos sujeitos entrevistados, nossa intenção foi a de evidenciar os pontos nos quais há necessidade de mais reflexão, o que provavelmente implicará mais conflitos e disputas de sentidos. A seguir, faz-se uma análise acerca das representações sociais presentes no processo de incubação, objetivando articular a presença da tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental.

Processo de incubação, representações sociais e tensão entre as racionalidades

O processo de incubação, em seus vários estágios, é permeado por representações sociais que ligam os formadores com os cooperativistas e vice-versa. É no processo de incubação que os sujeitos constroem, mantêm ou revisam suas representações. Busca-se articular os dados apresentados sobre a tensão entre racionalidades com o processo de formação e estabilização dessas representações sociais.

Os cooperativistas se percebem inicialmente diante do desconhecido, portanto, com insegurança: “Porque a gente não tinha muita noção. Não ficou muito claro o que era uma cooperativa. Aí, entrou a incubadora e a gente aprendeu bastante, né?” (E1, cooperativista). O início do processo de incubação é sinônimo de início de organização formal, ainda que com o perfil cooperativista.

E é muito importante porque antes da incubação a gente não tinha organização nenhuma, a gente não organizava o financeiro, não tinha conta, porque tinha aquele pensamento assim: vai abrir uma conta por quê? É complicado, porque os outros vão pensar que eu vou pegar [o dinheiro], a visão era assim. Depois foi [decidido] que a conta é conjunta, é retirado o extrato todo mês e fica lá. Então a gente aprendeu tudo isso na incubação. Porque a gente não fazia isso. (E1, cooperativista)

A incubadora e o processo de incubação realmente apresentam novas formas de organizar-se. A formalização é um aspecto bastante comentado pelos cooperativistas. Como podemos perceber, até a abertura de uma conta bancária envolve uma dose de drama diante da formalização. A ideia de “*trabalhar com dinheiro*” é um aspecto inerente à formalização. “Ah, sim, sim, a gente aprende tudo isso, como trabalhar o dinheiro, como fazer para não ter gastos muito além, e para não perder. Tudo isso a gente aprende” (E2, cooperativista).

Ao entendermos as representações sociais baseando-nos em uma fenomenologia da vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2008), garantindo estabilidade social (MOSCOVICI, 2009), formadas por três perspectivas: da tradução, da estrutura e do processo (ARRUDA, 2005). Desenvolvemos um posicionamento que concebe o processo de incubação como um espaço de produção simbólica, no qual quem produz informações nunca tem certeza de como elas serão assimiladas (CERTEAU, 2008). O processo de incubação apresenta representações sociais próximas à de assessoria ou consultoria. Dizemos isso porque os cooperativistas o enxergam, frequentemente, como uma possibilidade de receber informações e auxílio nos momentos críticos, vinculados a formalizações, à racionalidade instrumental (como ocorre no que se refere à contabilidade, por exemplo). Ao recorrermos às trajetórias de vida desses cooperativistas, é possível perceber que a grande maioria das iniciativas de produção que eles tiveram ocorreu em meios informais, o que torna compreensível a desconfiança nas relações com bancos e medidas fiscais, como a emissão de notas, por exemplo. Outra questão relativa à trajetória de vida é referente às experiências de trabalho, pois os sujeitos, sempre que tiveram empregos, ocuparam posições operacionais, subalternas. Tomada de decisões (como um processo formal) e processos de controle administrativo – são exemplos de atividades com as quais os cooperativistas não estão familiarizados. Portanto, aquelas atividades que necessitam de controle no cotidiano das organizações que estão se formando, frequentemente, são motivo de insegurança.

O processo de incubação então se torna fonte organizativa à medida que os cooperativistas o veem como a possibilidade de organizar e formalizar o empreendimento, atendendo assim aos preceitos da economia solidária e às perspectivas legais de uma cooperativa. A ideia de que é necessário um tipo de assessoria para orientar a formalização dos processos organizacionais é a essência do processo de incubação, visto pelo lado dos cooperativistas, funcionando como fonte de estabilidade. A incubadora e o processo de incubação são vistos como uma forma de organizar o grupo, já que

apresentam uma forte ligação com a universidade, desenvolvendo assim a função de ponte entre a realidade dos sujeitos e o conhecimento fundamentado nas bases da universidade.

O processo de incubação é espaço de produção simbólica (CERTEAU, 2008), no qual os sujeitos ressignificam muitas das relações que tiveram durante a maior parte de suas vidas – portanto, há uma transição existencial em curso. Mas também nesse espaço de mudanças dramáticas descobre-se uma forma de estabilidade social (MOSCOVICI, 2009), na qual se ancora esperanças de uma nova vida. Em função disso, disputas simbólicas se desenvolvem entre os cooperativistas e destes com os formadores. Notamos que o processo de incubação é visto pelos formadores a partir de representações sociais semelhantes a uma formação contínua, já que não se vislumbra, no grupo dos entrevistados, nenhum estágio de desincubação (de desligamento e independência de algum grupo incubado).

Eu acho que [é necessário] perceber as necessidades do grupo, tentar contribuir, mas saber dos nossos limites. Também [é preciso] trazer o que eu vejo como nosso trabalho como incubadora, é a questão do trabalho, então por mais que tenham outras questões que precisam ser tratadas também, porque se forem deixadas de lado o grupo não se consolida e não vai para frente. Acho que não se pode perder de vista que o que une tudo isso é o trabalho. O que viabiliza tudo isso é o trabalho. Então eu vejo que no fim esse processo de incubação vai muito além de acordo com o grupo, com as necessidades do grupo. É claro que eu acho que se precisa de conhecimento, de metodologia e de conhecimento de experiências e práticas, mas para ter um repertório e saber o que utilizar o que é necessário para aquele grupo mesmo, na verdade, de todas as pessoas envolvidas, não só dos grupos como dos formadores, que acaba variando em função disso. (E3, formadora)

A noção de formação contínua é, frequentemente, acessada pelos formadores para se referir ao processo de incubação.

É uma formação! Só que é uma formação mais demorada [...] Porque a incubação é você ver um período, você está em permanente diagnóstico, em permanente formulação e permanente reformulação. Então é um contínuo no qual você se transforma, se modifica, se percebem outras facetas. Eu acho que é liberador de ambas as partes, exige planejamento, estudo, então você, ao estudar, você se aprofunda naquilo que você está fazendo. (E4, formadora)

A própria formação dos grupos é caracterizada como parte do processo de formação. “Primeiro você tem que formar o grupo, então na verdade a incubação já começou aí, a incubação é primeiro formar um grupo, consolidar o grupo, e dar uma formação” (E5, formador). O processo de incubação é construído a partir da formação do sujeito, ou seja, da construção de conhecimento junto aos cooperativistas. Essa função é ainda mais intensificada com a vinculação entre incubadora e universidade.

Alguns dos componentes do processo de incubação, relação entre formadores e cooperativistas, formação dos grupos e metodologia se evidenciam como espaços de disputas simbólicas e momentos de conflito. Nesses momentos, os elementos constitutivos da racionalidade substantiva e da instrumental (SERVA, 1996) emergem, contribuindo para criar um espaço de disputa por sentidos, por representações.

Como já foi visto anteriormente, por meio das perspectivas estruturais e processuais (ARRUDA, 2005), os cooperativistas veem o processo de incubação como uma forma de receber ajuda quanto a questões que representam segurança, como o controle do dinheiro, o que implica a racionalidade instrumental. Essa assessoria, segundo eles, torna-se de extrema relevância para a continuidade do processo e a construção do empreendimento. Já os formadores, até pelo histórico de militância na economia solidária, constroem representações sociais do processo de incubação próximas às formações contínuas. É perceptível na fala deles a preocupação em formar as pessoas e apresentá-las a novas formas de organizar-se e gerar renda. Por meio de uma fenomenologia da vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2008), percebemos que o processo de incubação é parte de construções simbólicas diferentes por parte dos dois grupos de sujeitos, os cooperativistas e os formadores. A nosso ver, a tensão entre as racionalidades é característica estruturante desse processo. Dessa forma, entendemos que no processo de incubação há, no confronto e construção mútua de representações sociais entre os atores, uma busca de algo como racionalidade substantiva que possa delimitar a racionalidade instrumental, considerada indispensável por eles, por diferentes motivos, mas, também, insuficiente e problemática, geradora de tensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo, que teve como base uma pesquisa para dissertação de mestrado em Administração, ficou definido como o de interpretar (compreender) as construções de representações sociais sobre o processo de incubação, considerando a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva.

Constatamos a complementaridade e o mútuo reforço entre as contribuições teóricas de Guerreiro Ramos e de Moscovici, especialmente pela abertura inter e transdisciplinar destes autores, por suas críticas ao fechamento disciplinar, por sua recusa ao pensamento dicotômico, às abordagens unilaterais, por sua abertura à pluralidade e à singularidade dos fenômenos humanos. Ambos coincidem até mesmo na sensibilidade às articulações das ciências sociais às questões ambientais, no que divergem da maioria dos cientistas sociais.

Com esse referencial teórico, observamos tensões entre as racionalidades instrumental e substantiva e como as mesmas se apresentam nos depoimentos, nas falas dos entrevistados, como as representações sociais se estruturam a partir de situações vividas. O processo de incubação de cooperativas populares se revela, assim, um processo organizacional complexo, sensível às condições culturais, econômicas, institucionais e existenciais, dos atores envolvidos. Não foi nosso propósito ampliar o estudo para além do processo de incubação da ITCP, no sentido de envolver a rede de instituições e organizações que fazem parte do intercooperativismo ou rede apoio a cooperativas e entre elas (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009). A pesquisa de campo, entretanto, não se limitou ao ambiente da USP, onde uma das cinco entrevistas abertas foi realizada; as demais foram efetuadas em uma feira no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, no bairro Jardim Jaqueline. Nesse sentido, buscou-se o máximo de proximidade ao contexto de vida dos atores do processo de incubação, descrevendo-se trechos das falas dos entrevistados.

A pesquisa de campo não entrou em aspectos organizacionais das cooperativas em formação, o que poderia evidenciar, ou não, características fenonômicas e isonômicas, além das econômicas. Isso demandaria um estudo mais prolongado no campo. Nosso propósito foi mais modesto, focalizando a construção das representações sociais, ainda que fluidas, híbridas, como produto-processo (SPINK, 2004).

Consideramos como parte do posicionamento analítico a noção de predominância relativa entre as racionalidades, observando assim a existência de um *continuum* entre dois polos imaginários. Essa continuidade pode ser manifestada sob diferentes formatos: ao se aproximar do polo instrumental observa-se uma expressão mais estreita e pontual no que se refere às relações entre os sujeitos, já o formato substantivo garante uma relação mais aberta e relacional. Há, dessa forma, uma tensão no processo de incubação dos empreendimentos econômicos, na medida em que apresenta dois polos fundamentais, o econômico-instrumental e o econômico-substantivo, que evidenciam aspectos de convergência e de divergência entre si, em diferentes graus de tensão.

Constatamos na relação entre os formadores e os cooperativistas, à sombra da imagem mítica de Paulo Freire, representações sociais que se aproximam da dualidade ora dialética, ora dicotômica, entre a teoria e a prática. Os cooperativistas se percebem em uma relação de amizade com os formadores, mas também em uma condição de alunos e assistidos. Já os formadores concebem essa relação a partir de uma noção que remete a uma mistura de terapia com pedagogia do oprimido, em um processo de formação contínua.

Nessa convivência há dupla aprendizagem, na busca de construir-se, conjuntamente, um presente com base no reconhecimento mútuo, aceitando-se as diferenças culturais e de classe social entre os atores, enquanto se tenta superar um passado de opressão e insegurança.

Entendemos que no processo de incubação há, no confronto e construção mútua de representações sociais entre os atores, uma busca de algo como racionalidade substantiva que possa delimitar a racionalidade instrumental, considerada indispensável por eles, por diferentes motivos, mas também insuficiente e problemática, portanto, geradora de tensões.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- ANDION, C.; SERVA, M. Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXX EnANPAD 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, 2006.
- ANDRADE, S.; TOLFO, S.; DELLAGNELO, E. H. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 200-216, 2012.
- ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P. et al. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2. ed. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2005. 229-258 p.
- BELLUCCI, C. **Tensões entre racionalidades (instrumental e substantiva) em paralelo a formas de cultura organizacional: estudo de caso em escola de tempo integral**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (Orgs.). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 235-263 p.
- BOTELHO, L. et al. Revisão integrativa da produção científica nacional da relação entre tecnologia social, economia solidária e incubadoras tecnossociais de cooperativas populares. **Espacios**, v. 26, n. 7, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a15v36n07/15360705.html>>. Acesso em: 3 maio 2015.
- BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 63-77, 2004.
- CANÇADO, A. C.; CARVALHO, J. E. F. B.; PEREIRA, J. R. Gestão e racionalidade: análise da metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/Nesol/UFT. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 5-27, 2011.
- CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S.; CANÇADO, A. C. M. G. Análise dos resultados obtidos pela metodologia dos indicadores de incubação de cooperativas populares em empreendimentos solidários do Bico do Papagaio/TO. **Alcance**, v. 18, n. 4, p. 516-535, 2011.
- CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2005.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 1.
- CORRALES, B. R.; SILVA, D. S. V. **Ferramentas de gestão de empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: ITCP/USP, 2011.
- CORRÊA, A. M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 191-211, 2007.
- CORTEGOSO, A. L. Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 246-265, 2007.
- CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. **Outra Economia**, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2009.
- CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como processo educativo. **Outra Economia**, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2011.
- CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.
- DAGNINO, R. Elementos para uma avaliação das incubadoras universitárias de cooperativas. **Outra Economia**, v. 6, n. 11, p. 203-216, 2012.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. 15-64 p.
- DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 703-711, 2008.
- DA SILVA, A. R.; CARRIERI, A.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 122-134, 2011.
- DEMOUSTIER, D. **Economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo (A)**. São Paulo: Loyola, 2006.
- DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 127-153 p.
- FARR, R. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. Proninc: Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- FRANÇA FILHO, G. C. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **Organização e Sociedade**, v. 17, n. 52 - Edição especial, p. 175-197, 2010.

- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da Ites/UFBA. **Organização e Sociedade**, v. 16, n. 51, p. 725-747, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Org.). **Action public et économie solidaire**. Ramonville: Érès, 2005.
- GUARESCHI, P. Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 17-40 p.
- GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GUERREIRO RAMOS, A. **O modelo econômico brasileiro: uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1980. (Cadernos do Curso de Pós-Graduação em Administração).
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.
- HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Org.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011.
- INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ITCP/USP. Nossa história. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/historia>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LAPERRIÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 127-153 p.
- LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 96-104. 2008.
- MANDELBAUM, B. Os processos de socialização e a família no trabalho de Sylvia Leser de Mello. **Psicologia USP**, v. 17, n. 3, p. 19-32. 2006.
- MASCARENHAS, T. S. Os conhecimentos de gestão e seus mitos. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ITCP/USP (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais**. Porto Alegre/São Paulo: Calábria/ITCP/USP, 2007. 25-32 p.
- MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 828-845, 2011.
- MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Org.). **Social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 125-147 p.
- MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MOSCOVICI, S. **A invenção da sociedade: sociologia e psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Ideias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 305-387 p.
- NIGRO, R. C. Apresentação. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ITCP/USP (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais**. Porto Alegre/São Paulo: Calábria/ITCP/USP, 2007.
- NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.
- PAES DE PAULA, A. P. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações e Sociedade**, v. 14, n. 40, p. 169-188, 2007.
- SANTOS, L. S. **A tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na gestão pública: novos caminhos de um campo de estudo**. 262 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN, N. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 193-217 p.
- SERVA, M. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996, 633 p.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.
- SILVA, A. R. P.; BARBOSA, M. J. S.; ALBUQUERQUE, F. S. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários:

análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Rev. Adm. Pública**, v. 47, n. 5, p. 1189-1211. 2013.

SIQUEIRA, G. M. V. **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas**: novas fronteiras do campo de estudos. 217 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: representações

sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. 85-108 p.

VERONESE, M. V. Consumo, produção cotidiana da vida e solidariedade: as ausências e presenças. In: VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. (Orgs.). **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 17-40 p.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira**: 1964-1985 – a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

Gustavo Matarazzo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Pesquisador junto ao núcleo de pesquisas Organizações Racionalidade e Desenvolvimento (ORD). E-mail: gustavo_matarazzo@yahoo.com.br

Sérgio Luís Boeira

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor adjunto na UFSC. E-mail: sbsergio267@hotmail.com